

Inclusão da *Gymnastica* no Ensino Primário do Espírito Santo - Brasil: nuances da Reforma Gomes Cardim (1908)

Michel Binda Beccalli

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Secretaria Estadual de Educação (SEDU-ES)

Rede de Ensino Doctum

michelbeccalli@gmail.com

Omar Schneider

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

omarvix@gmail.com

RESUMO

Trata o presente texto de uma investigação que busca dar visibilidade ao projeto que utilizou a inclusão da *Gymnastica* como componente curricular obrigatório no currículo do Ensino Primário, no estado do Espírito Santo (Brasil), no período correspondente à Primeira República, por meio da Reforma Educacional Gomes Cardim, realizada no ano de 1908, por solicitação de Jerônimo de Sousa Monteiro, presidente do Espírito Santo à época. A pesquisa está ancorada em referenciais da chamada Nova História Cultural.

Palavras-chave: *Gymnastica*; Escolarização; Currículo

Para iniciar o diálogo

A Reforma Gomes Cardim (RGC) foi realizada na instrução pública do estado do Espírito Santo (ES), no ano de 1908, pelo indivíduo que lhe atribuiu o nome, a convite de Jerônimo Monteiro (JM), presidente do ES à época. Esta foi implementada por meio do Decreto nº 108 de 4 de julho de 1908 que, dentre outras providências, criava os grupos escolares; e, por meio de mudanças no currículo de formação do ensino primário, introduzia a *Gymnastica* como componente curricular obrigatório.

O intuito do presente texto é o de refletir a respeito do movimento de educação dos sentidos e das sensibilidades que se operava naquele contexto, focalizando a RGC, sem perder de vista a necessidade de pensar a educação dos sentidos e das sensibilidades para além dos limites físicos da instituição escolar, no sentido de considerar a cidade e o espaço (Certeau, 1994) urbano como dispositivos pedagógicos.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo amparado nos preceitos da historiografia de Bloch (2001), em diálogo com Ginzburg (1989), Chartier (1991) e Certeau (1994). Para composição do *corpus* documental foram utilizadas, além dos materiais disponíveis no Banco Digital Brasileira de Dissertações e Teses (BDTD); os documentos disponíveis no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), incluindo as atas do Congresso Pedagógico (CP) realizado em 1909.

A Reforma Gomes Cardim

O CP condizo por Gomes Cardim (GC) foi realizado entre os dias 05/06/1909 e 14/06/1909, contando com a presença de diversos atores da escolarização capixaba do período, inclusive que atuavam no interior do estado do ES. Chama a atenção o registro das palavras iniciais utilizadas por GC para defender a utilização do método analítico no estado, evocando a relevância de pensar a infância capixaba como “infância da pátria brasileira”, fornecendo indícios de uma questão essencial que atravessaria as mudanças em curso no currículo de escolarização, sobretudo do Ensino Primário. Na fala de Deocleciano Nunes de Oliveira, realizada em 09/06/1909, é possível identificar o foco dado ao patriotismo no evento, por meio da afirmação de que

O amor da Patria deve ser mais forte que a ambição humana! Immortal, eterno e imperecível, deve sobreviver á própria morte dos corações que o guardam com fervor, passar de geração á geração como um legado precioso, arca santa onde repousam os mais caros e puros ahelos de nacionalidade, fogo sagrado incessantemente velado para que jamais se extinga! (Congresso Pedagógico Espirito-Santense, 1909, p.23-24)

Não se pode perder de vista, entretanto, que a referida reforma se materializa no contexto de difusão dos ideais e práticas republicanos operados no fim do século XIX e início do século XX no Brasil, tendo chegado de modo tardio no estado do ES, sobretudo em função das condições materiais de que dispunha o Estado para materializar as reformas (arquitetônicas, infraestruturais, sanitárias, educacionais, na urbe, etc.) necessárias.

Para além do apelo patriótico da fala de GC e de outros que o seguiram como, por exemplo, Deocleciano Nunes de Oliveira, evocamos as análises de Alvarenga (2018) pois, especificamente no tocante à RGC, a pesquisadora dá destaque à criação de estratégias e dispositivos que buscavam monitorar o trabalho docente e que, alinhados ao modelo de sociedade patriarcal, buscavam educar as mulheres para esse modelo de sociedade.

A [RGC], realizada em 1908, no governo [JM] (1908-1912), teve como principais objetivos modernizar a educação capixaba, a exemplo do que ocorria em outros Estados brasileiros, bem como implantar uma política centralizadora para a instrução pública. Uma marca desta reforma foi o aprimoramento de dispositivos de controle sobre o exercício do magistério, tendo como principal referência a criação do Departamento de Ensino. No que se refere à escolarização das mulheres, é fruto dessa reforma a ampliação da obrigatoriedade do ensino para todas as crianças de sete a quatorze anos. A ampliação da oferta também aumentou a demanda por professoras. A incorporação dos ideais republicanos contribuiu para que se configurassem novas concepções sobre o papel das mulheres na sociedade brasileira. Da mesma forma, a instrução pública foi envolvida naquele contexto de urbanização e início da produção industrial com grandes rebatimentos na profissão docente [...] (Alvarenga, 2018, p.228)

Conforme Alvarenga (2018) destaca, não se trata de um processo de educação linear, nem tampouco marcado pela ausência de divergências e incongruências. Desse modo, esse movimento de pensar sobre o papel pedagógico de dispositivos situados para além da

circunscrição da escolarização nos parece frutífero para compreender a formação do cidadão republicano que se pretendia fomentar no contexto dos anos iniciais da Primeira República, sobretudo no contexto histórico do período em que a equipe de JM esteve à frente da gestão do governo estadual, especialmente pelo fortalecimento do discurso construído e disseminado por sua gestão (representada por sua figura pessoal) em relação à produção de supostas e anunciadas rupturas com o período precedente.

Um caso icônico que auxilia a compreender os questionamentos e reflexões sinalizados por Alvarenga (2018) é aquele analisado por Bezerra (2019), a respeito do *modus operandi* da vigilância e controle sobre o magistério e, em última instância, sobre as mulheres, no contexto do início do século XX.

Bezerra (2019) toma como objeto de investigação do caso de demissão da professora Joanna Passos, a qual atuava em Regência, na cidade de Cachoeiro de Santa Leopoldina. Dá visibilidade, sobretudo, ao movimento de resistência empreendido por Joanna, visto que “[...] ela foi única [dentre as pessoas demitidas da docência no período de governo de [JM] que, ao se mostrar publicamente inconformada, no meio jornalístico, movimentou consideravelmente a imprensa e a população capixaba” (BEZERRA, 2019, p.18).

O caso de Joanna dá visibilidade ao jogo polemológico empreendido no contexto da docência em solo capixaba, no contexto da Primeira República, especialmente sob o movimento reformador capitaneado por GC. Nesse jogo, Bezerra (2019) encontra evidências que permitem perceber a configuração da docência e da profissionalidade docente orientada pela bússola do moralismo e/ou afinidades políticas.

[...] a situação vivida por Joanna Passos ressalta que, apesar do declarado interesse governamental na ampliação dos processos de escolarização, para levar a nação ao progresso e diminuir as desigualdades sociais e a superação da pobreza, tendo o magistério papel importante para o cumprimento desses objetivos, mantinha-se a figura do coronel [...]. Consideramos, ainda, que foi no percurso de organização da escola republicana brasileira, com o processo de feminização do magistério, que as professoras estiveram no centro do controle exercido pelos gestores públicos, a partir de demandas moralistas patriarcais e modelos comportamentais elitistas (Bezerra, 2019, p.20).

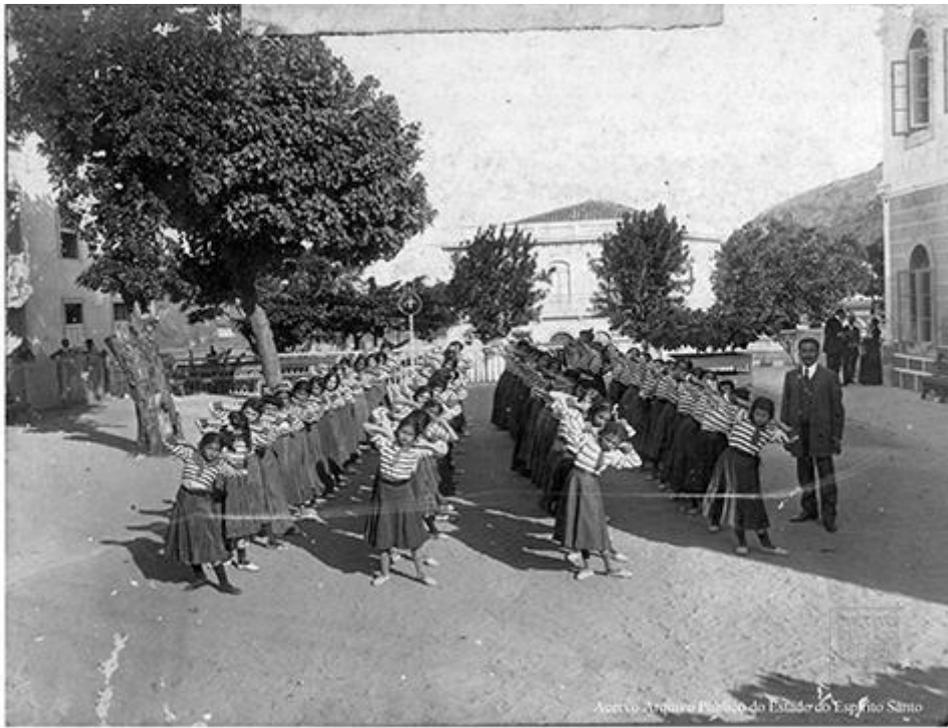
O que chama a atenção no caso da demissão de Joanna é, sobretudo, a justificativa ter se dado em função de questões administrativas, sendo legitimada pelo questionamento da virgindade da professora, por meio da construção de discurso calunioso, posteriormente comprovado pela professora e publicado em jornais do período, nos quais já havia o hábito de veicular questões de natureza pessoal.

Nesse sentido, o que nos interessa não é diretamente o caso da professora mas, sobretudo, o moralismo e autoritarismo que se engendravam nos meandros da gestão da instrução pública capixaba no início do século XX.

A *Gymnastica* como componente curricular obrigatório

A *Gymnastica* passa a compor o Ensino Primário como componente obrigatório apenas com a implementação da RGC, como importante elemento para pensar a educação do indivíduo saudável, além de estar vinculada a questões disciplinares.

Imagem 1 - Grupo de alunas da Escola Normal em exercício de ginástica sueca (1912)



Grupo de alunas da Escola Normal em exercício de ginástica sueca - 1912.

[JM168]

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)

O registro da aula de *Gymnastica* destinada às meninas auxilia, por meio da narrativa que se buscava materializar na imagem, o fortalecimento de uma representação de ordem e certa uniformidade, com posicionamento minucioso dos atores e atrizes do teatro orquestrado para a composição da narrativa em forma de fotografia.

Esse componente curricular é comumente associado como importante elemento de higienização, muito embora não seja possível pensá-lo de modo desarticulado do conjunto de mudanças que compunham o Plano Uniforme de Melhoramentos e Embellezamento de Victoria”.

Nessa direção, chama a atenção a presença de Deocleciano Nunes de Oliveira na imagem. O mesmo que produziu fala em destaque no CP, no ano de 1909, com destaque para a noção de que, estudada à luz de princípios que defende, a história deixa de ser uma crônica de batalhas e de biografias, sendo os personagens produtos da época e do meio em que labutam.

Há, no entanto, ruptura da narrativa materializada na imagem ao observar o calçado (ou sua possível ausência) da menina situada na primeira posição da fila mais à esquerda da imagem, destoando do código de vestimenta pretendido. Também é possível identificar ruptura do tom de naturalidade, ordem e (auto)controle na realização dos movimentos ginásticos ao identificar as expressões de desconforto de algumas alunas, bem como a vigia da postura

corporal, por meio do olhar da menina que ocupa a segunda posição da fila mais à esquerda da imagem, direcionado aos próprios pés.

Disso não decorre inferir que não houvesse tentativa de tensionar a educação do corpo, por meio da educação dos sentidos e das sensibilidades; mas incorre em reconhecer que existem brechas nos documentos que permitem questionar o apagamento das individualidades, em nome do progresso e da República, por meio da utilização de movimentações táticas (Certeau, 1994).

O uso de estratégias de teatralização parece ter sido marca importante, não apenas das ações de Gomes Cardim, como do *modus operandi* da gestão de Jerônimo Monteiro. Esse ideal se reafirma também nos espaços de escolarização e em eventos cívicos produzidos. Talvez o exemplo mais icônico seja o batalhão infantil que cunhava carabinas de brinquedo adquiridas com recursos públicos, conforme nos demonstra Campos (2016).

Imagem 2 - Batalhão infantil “Jerônimo Monteiro”, em evolução na rua de Vitória (1911)



Batalhão Infantil "Jerônimo Monteiro", em evolução rua de Vitória - 1911.

[JM 213]

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES)

A cor branca das vestimentas do denominado batalhão ajudam na veiculação de certa mensagem de pureza/limpeza e, em última instância, de higiene e exprime a ordem social esperada, além daquilo que o Estado espera do processo de escolarização. A circulação no Centro de Vitória, em rua larga e em local de grande visibilidade ajuda a situar o grau de destaque pretendido, em relação aos elementos simbólicos construídos havendo, inclusive, investimento público na aquisição dos projéteis presentes na imagem. Trata-se, portanto, de mais um esforço dedicado à teatralização da política e da educação capixabas.

Considerações

Considerando os recortes e breves inferências aqui apresentados, fica evidente que a Gymnastica, como componente curricular, desempenhava papel importante no processo de educação dos sentidos e das sensibilidades, no contexto da modernidade e do republicanismo insurgentes. Entretanto, para que seja possível compreender esse processo pedagógico, é necessário que haja alargamento do olhar na direção do espaço urbano para pensar o complexo tecido social, bem como as relações de força, dispositivos estratégicos e movimentações táticas que participaram dessa tessitura, no *continuum* espaço-tempo.

Referências

- Alvarenga, E. (2018). *A inserção das mulheres no magistério capixaba: desdobramentos possíveis no trabalho docente no estado do Espírito Santo (1845-1920)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
- Bezerra, A. (2019). *Supremo escândalo: o caso de Joanna Passos e o exercício do magistério no Espírito Santo no início do século XX*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
- Bloch M. (2001). *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Campos, K C. S. (2016). *A educação do corpo no projeto republicano na cidade de Vitória (1908-1912)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil.
- Certeau, M. de (1994). *A invenção do cotidiano: artes de fazer* (7th ed). Petrópolis, RJ: Vozes
- Chartier, R. (1991). O mundo como representação. *Estudos avançados*, 5, 173-191.
- Congresso Pedagógico Espírito-Santense (1909). *Acta apresentada ao Exmo. Snr. Dr. Presidente do Estado pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Carlos A. Gomes Cardim na sessão de encerramento dos trabalhos do Congresso Pedagógico Espírito-Santense*. Vitória: Inspectoria Geral de Ensino.
- Ginzburg, C. (1989). *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras.